

DINÂMICA TERRITORIAL E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE - CEARÁ

Sergiano de Lima Araújo¹

Maria Lucenir Jerônimo Chaves²

Resumo

Apresenta-se neste artigo uma discussão sobre a dinâmica territorial na região do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, associada à implantação de novas atividades produtivas que acabam por interferir na cidade e no urbano. Os avanços técnicos e a atual reestruturação capitalista promovem uma desconcentração das atividades econômicas, viabilizando cenários de desenvolvimento econômico em “espaços de reservas”. Inserido nesse contexto, o Baixo Jaguaribe, nas últimas décadas, vem recebendo investimentos públicos, que permitem viabilizar pontos do seu território e integrá-los a áreas dinâmicas do país. Nos municípios onde se desenvolvem as atividades produtivas modernas, sob o comando principalmente de empresas externas, as cidades participam do processo de reprodução do capital produzido por essas atividades de forma diferenciada, repercutindo de forma distinta na estruturação urbana, na dinâmica populacional, nos papéis urbanos e relações interurbanas. Por outro lado, pequenas cidades vêm perdendo população e sua economia urbana continua dependendo de serviços públicos e aposentadorias rurais.

Introdução

Apresenta-se neste artigo uma discussão sobre a dinâmica territorial na região do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, associada à implantação de novas atividades econômicas, mais especificamente, as produtivas, as quais têm as políticas públicas como principal mecanismo de viabilização. As mudanças também se tornam visíveis na cidade e no urbano e não há como não entendê-las fora do âmago da nova dinâmica territorial.

Em seus aspectos metodológicos, este artigo é fruto de pesquisas realizadas durante os trabalhos de campo, onde foram aplicadas entrevistas, feita análise de informações e de séries estatísticas, a partir da leitura de relatórios técnicos com a finalidade de estabelecer uma relação entre o teórico e o empírico.

¹ Geógrafo, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor do Departamento de Geografia da Universidade da Estadual Vale do Acaraú (UVA).

² Geógrafa, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM-UECE).

A região do Baixo Jaguaribe¹ (Figura 1) vem recebendo investimentos públicos e privados, devido as potencialidades naturais que apresenta (relevo, solo, clima, hidrografia) e por estar interligada aos principais centros consumidores nordestinos, através das rodovias estaduais e federais (BR 116). O desenvolvimento da região também é favorecido pela presença do Complexo Industrial Porto do Pecém e Porto do Mucuripe, em Fortaleza; porto do Rio grande do Norte, em Natal; e porto do Suape, em Recife. Através desses portos a produção da região é escoada para países da Europa, Ásia e América do Norte. Além dessas vantagens, a região também dispõe de uma abundante mão de obra agrícola, centros de educação tecnológica, agências financeiras, serviços públicos de controle e gestão, serviços privados de informática, assistência técnica e comércio de insumos, entre outros, todos voltados principalmente para o agronegócio.

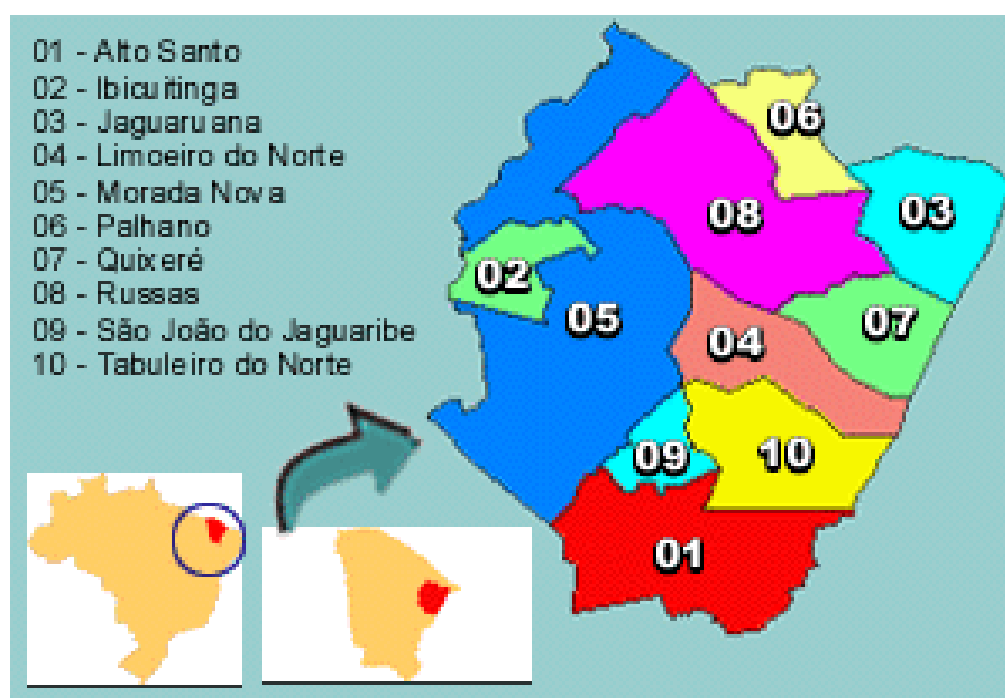


Figura 1: Localização da Região do Baixo Jaguaribe

Fonte: IBGE – 2000

Áreas estratégicas do território cearense, como o Baixo Jaguaribe, vêm sendo beneficiadas com expressivos investimentos voltados a infra-estrutura viária e hídrica. São exemplos, a construção do Canal do Trabalhador, o Complexo Industrial Porto do Pecém, o Açude Castanhão e, mais recentemente, a construção do Canal da Integração. São sistemas técnicos (SANTOS, 1996) realizados sob recorrentes argumentos como incentivo ao desenvolvimento da agricultura científica, do agronegócio, da carcinicultura, da indústria, do

turismo litorâneo, bem como do acesso do pequeno produtor a melhores condições de vida e de trabalho.

O agronegócio onde os seus principais vetores de desenvolvimento são a fruticultura irrigada e a Carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), desenvolvem-se principalmente no interior do Estado e constitui-se, dentro dessa perspectiva de reestruturação da atividade produtiva cearense, como um dos mais importantes vetores de modernidade, para impulsionar o desenvolvimento econômico. Uma outra atividade que vem se instalando também no interior é a indústria, a partir de uma política pautada no “apoio” à pequena e média empresa; na transferência de fábricas do Sul do país, através de uma política de concessão de financiamento e isenção de imposto estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS), além da oferta de terrenos e infra-estrutura e criação de distritos industriais.

A força oligárquica agrária e conservadora de estruturas sócio-políticas no espaço cearense, uma arena privilegiada do mandonismo e do clientelismo, desestrutura-se a partir de 1987, com a ascensão política de “jovens empresários” provocando mudanças na instância econômica e também na político-institucional. O projeto político-econômico das novas forças políticas que têm sua base de sustentação num modelo urbano-industrial vem criando condições institucionais, financeiras e materiais para a afirmação de um crescimento erigido sob as bases da modernização do território e das exigências postas pelo mercado e consumos globalizados.

A parceria entre governo e segmentos do setor privado constituiu-se numa política que ganha visibilidade, a partir de 1991, quando se instaura o Pacto de Cooperação. Este reúne sistematicamente representantes do setor público e de diversos segmentos da sociedade: secretarias de Estado, prefeituras, universidades, institutos de pesquisa, empresários, consultores, federações da indústria e do comércio, sindicatos, etc. Dentre os principais objetivos desse pacto, destacam-se a viabilização técnico-financeira, a flexibilização tributária e a atração de investimentos.

Com efeito, nos últimos anos o Ceará e a região do Baixo Jaguaribe têm recebido expressivos financiamentos inclusive de agentes exógenos, como as agências multilaterais que vêm injetando capital em setores específicos, como os projetos sociais. A vinda do presidente do Banco Mundial aos municípios de Russas, Nova Jaguaribara, no Baixo Jaguaribe, quando da sua recente visita ao Brasil evidencia a presença de investimentos em projetos como o Canal da Integração e no Programa de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB) que se divide em dois subprogramas: Águas do Ceará e Cidades do

Ceará. Muito recentemente, também estiveram no município de Limoeiro do Norte, Baixo Jaguaribe, representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo o foco de interesse ações viabilizadas através do programa Cidades do Ceará. Além desses, vale lembrar o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), gerador de políticas agressivas de incentivos ao turismo realizadas sob estratégias, dentre as quais, destacam-se a midiática, construção e difusão da imagem de um Ceará edênico.

Todas as novas atividades produtivas mencionadas impuseram uma nova configuração e fragmentação do território cearense, como também, intensas desigualdades sociais. Esse espaço de contradições que é o Estado do Ceará se apresenta como um mosaico de regiões, a exemplo do Baixo Jaguaribe, nas quais encontram-se cidades desprovidas de dinamismo econômico e de incentivos governamentais, enquanto outras, constituem-se focos do planejamento e do direcionamento de políticas públicas.

A região do Baixo Jaguaribe, nos últimos anos tem se constituído como centro privilegiado do agronegócio tendo sua paisagem marcada por hectares e hectares dedicados à fruticultura irrigada. Não fosse a expansão da agricultura científica na região, quem imaginaria observar do alto da Chapada do Apodi, por trás da vegetação seca, a despeito do solo de várzea, as várias fazendas agrícolas produzindo frutas cujas exportações chegam a valores anuais de US\$ 30 milhões. A paisagem da planície aluvial do rio Jaguaribe também vem sendo modificada com a criação de camarão em cativeiro. Tudo isso vem reforçar a marca secular do Brasil: a economia que se destacou ao longo da história exatamente por exportar produtos primários, atualmente no mercado internacional conhecidos como *commodities*. A região ainda apresenta um potencial para o desenvolvimento da atividade turística, principalmente o litorâneo e para a atividade industrial naquelas cidades que historicamente reúnem um contingente de mão de obra fabril.

O dinamismo econômico gerado pelas atividades produtivas concentradas em alguns pontos da região do Baixo Jaguaribe determina a lógica de oposição entre pontos luminosos e opacos (SANTOS e SILVEIRA, 2001) nessa região. Determina também, os distintos papéis desempenhados pelas suas cidades no desenvolvimento das atividades produtivas, a configuração do espaço urbano e mudanças na estruturação da rede urbana regional. De modo geral, os espaços luminosos são aqueles bem servidos pelas redes informacionais - telecomunicações, transporte, infra-estrutura urbana - e onde agentes hegemônicos representados pela população mais rica e organizada ditam as regras. Os espaços opacos estão nos interstícios desses espaços, aonde as modernizações e as políticas públicas

não chegam, apesar de seus habitantes participarem da dinâmica territorial, enquanto trabalhadores de baixa qualificação.

Este artigo está estruturado em quatro partes, a primeira das quais se constitui nesta introdução. A segunda parte trata de forma sucinta sobre o processo de ocupação e o desenvolvimento econômico-espacial da região do Baixo Jaguaribe, evidenciando a dinâmica urbana de suas cidades, associada às principais atividades do campo. Na terceira parte discute-se a contextualização e a nova configuração espacial do território do Baixo Jaguaribe criada pela dinâmica econômica produzida pelas atividades produtivas, como também os impactos socioespaciais que essa dinâmica vem gerando na cidade. Por último, nas considerações finais, apresenta-se uma fragmentação do espaço regional, de um lado, um espaço que se caracteriza por uma organização espacial propícia ao aumento da produção, da circulação e do rebatimento de informações privilegiadas, elementos de garantia da competitividade territorial entre os lugares e que apresentam desigualdades socioespaciais. De outro lado, uma área marginal sustentada por pequenas atividades econômicas voltadas à reprodução da população e que participa indiretamente do crescimento econômico da área dinâmica.

Antecedentes Históricos

O processo de ocupação do território do Baixo Jaguaribe está inserido no contexto de inserção do Ceará a economia da faixa litorânea do Nordeste, onde se desenvolveu uma economia do tipo *plantation*, através da exploração da cana de açúcar. É a partir da expansão da pecuária no interior do Ceará, no século XVIII, que vai ocorrer o povoamento da região do Baixo Jaguaribe, através de correntes migratórias vindas das regiões açucareiras da Bahia e Pernambuco. Esta região está entre as primeiras áreas de colonização do Ceará, que ocorreu com a implantação das fazendas de gado.

Após a instalação das fazendas de gado e a conseqüente fixação de pessoas, originaram-se, no século XVIII, os povoados no Baixo Jaguaribe. No século XIX, outros núcleos populacionais surgiram e outros cresceram com o desenvolvimento da cultura algodoeira, num primeiro momento com a produção voltada para o mercado local. Entre os anos de 1861 a 1865, com a crise nas áreas produtoras de algodão norte-americanas, o algodão nordestino, entra no circuito das exportações do mercado internacional. A partir de 1860, o Ceará passa a exportar algodão para esse mercado, o que fez expandir essa cultura para o interior do Estado, ocupando áreas de serras e sertão. Isso marca uma nova fase da economia cearense e, em especial da região do Baixo Jaguaribe, que deixa de ser

exclusivamente pastoril, e passa a ter o algodão como principal produto agrícola de exportação.

As cidades do Baixo Jaguaribe surgem e evoluem inseridas nesse contexto de expansão econômica. Alguns povoados, vilas e cidades surgiram com a instalação das fazendas de gado, outras, como entrepostos comerciais e, ainda outras, surgiram com os aldeamentos. O crescimento das vilas do Baixo Jaguaribe que posteriormente transformaram-se em cidades deu-se em torno de uma capela, a exemplo das atuais cidades de: Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Russas e Jaguaruana. No século XVIII, merece destaque a Vila de Santa Cruz do Aracati, atualmente cidade de Aracati, com a produção do charque e a existência do porto, por onde eram escoados os produtos agropecuários da região, favorecendo assim, o estabelecimento de relações comerciais com as vilas do Baixo Jaguaribe. Essas vilas evoluíram e chegaram à condição de cidade.

No final do século XIX e início do século XX, cidades do Baixo Jaguaribe começaram a exercer a função de coletar a produção de algodão para ser enviado a Fortaleza, mudando a rota de escoamento da sua produção, graças à implantação do sistema ferroviário integrando o interior à capital. As cidades de Morada Nova, Limoeiro do Norte, Russas e União (atualmente Jaguaruana) destacaram-se como maiores centros coletores de algodão para exportação. No espaço urbano dessas cidades surgem os primeiros equipamentos urbanos voltados à produção primária realizada no território: armazéns, pequenas indústrias artesanais de beneficiamento do algodão, serviços de apoio à modernização da atividade algodoeira, diversificando assim, as suas atividades econômicas urbanas.

Um outro produto que vai trazer dinamismo urbano foi a cera de carnaúba, entre as décadas de 1940 e 1950, sendo responsável não apenas pela expansão de atividades urbanas das principais cidades Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, como também contribuiu para a emancipação de distritos que tornaram cidades, como o caso de Tabuleiro do Norte, Alto Santo e São João do Jaguaribe. De acordo com Lima (2003), a região chegou a responder por aproximadamente 70% da produção do Estado e 20% da produção nacional. A exploração econômica da cera de carnaúba, segundo Silva (2002), provocou na primeira metade do século XX, um processo de interiorização das funções urbanas, antes concentradas na cidade de Aracati, para as cidades de Russas e Limoeiro do Norte. Esta última cidade apresentou índice de crescimento urbano relevante, associado ao enriquecimento da classe agrocomercial e ao seu fortalecimento junto à estrutura de poder do Estado. Na opinião de Chaves (2004), também contribuiu para o seu crescimento urbano, a criação da diocese por favorecer a centralidade de serviços sociais de educação, saúde, comunicação e religiosos voltados a

região. Estes serviços, de acordo com Santos (1996) respondem a uma demanda de consumo consumptivo, ou seja, aquele voltado à demanda da população. Antes apenas a cidade de Russas tinha sua área de influência regional, devido à centralidade de indústrias (usinas de algodão, fábricas de sabão, resíduo, óleo) e do comércio de consumo consumptivo na cidade. Vale salientar que a área de influencia de Limoeiro do Norte na região, chegou a ultrapassar a de Russas. No Litoral, a cidade de Aracati que tinha perdido posição na economia cearense, com a afirmação de Fortaleza, enquanto pólo-econômico e no espaço regional com o surgimento da produção da cera no sertão, reaparece no cenário regional, conforme Barbosa (2004), com a atividade industrial e a comercial.

O que vamos encontrar até a primeira década do século XX, no Baixo Jaguaribe, é uma configuração territorial que dava sustentação a economia predominantemente primária assentada na grande propriedade, no trabalho com base nas relações não capitalista de produção e uma produção voltada ao tanto ao mercado interno como para a exportação. As interações campo e cidade eram muito tímidas, sendo que a última mantinha dependência da atividade do campo, como também, as relações interurbanas devidas o ineficiente sistema de objetos (SANTOS, 1996), incorporados ao território, refere-se principalmente as estradas e a comunicação.

As cidades do Baixo Jaguaribe eram manifestações do nível de desenvolvimento econômico do seu território, apresentavam papéis urbanos associados ao caráter político-administrativo (centro de controle político/jurídico do território municipal), comercial (centro de recepção e escoamento de mercadorias do campo) e de sociabilidades (centro da vida social, onde residiam políticos partidários, religiosos, comerciantes, profissionais liberais etc). O movimento do cotidiano que ocorria através de ações comerciais, culturais, jurídicas, administrativas e as práticas espaciais urbanas tinham um ritmo lento e muitos hábitos e valores estavam ligados ao mundo rural.

Novas Configurações do Território do Baixo Jaguaribe e o seu Rebatimento na Cidade e no Urbano.

A urbanização na região do Baixo Jaguaribe, ocorreu de forma lenta até meados da década de 1980, ganhando ritmo na última década do século XX e, intensificando-se nos primeiros anos do século XXI, refletindo assim, a ocorrência de significativas mudanças na dinâmica econômica do Ceará que trouxe ao seu território novas configurações espaciais.

Tais mudanças ocorrem em escala nacional, sendo que uma das mais importantes diz respeito ao processo de globalização econômica, limitando a capacidade de intervenção do Estado via políticas macroeconômicas e de construção do território, tornando-a inócuas as tradicionais políticas de desenvolvimento regional.

A nova dinâmica socioeconômica a serviço da globalização gera novas especialidades e redefinições de papéis urbanos e, conseqüentemente do sistema urbano. Castells (1999, p. 52) chama a atenção para a globalização que “provoca o surgimento e a consolidação de novas formas e processos sociais”. Por sua vez, Santos (1994, p. 75) adverte que “contribuem para dar às cidades um novo rosto, uma nova funcionalidade, uma nova definição”. As mudanças no conteúdo urbano dizem respeito às novas interações espaciais, primordialmente, no que se refere às relações cidade-campo e as interurbanas. Essas interações possibilitam um novo reordenamento nas cidades e, conseqüentemente, uma reformulação do sistema urbano. A respeito das alterações da rede urbana brasileira, Corrêa (2001, p. 364) destaca três aspectos: a “crescente complexidade funcional dos centros, a crescente articulação entre os centros, rompendo com o padrão eminentemente regional das interações e a crescente complexidade do padrão espacial da rede urbana”.

Vale salientar que diante da nova dinâmica econômica do país, vem sendo articulada uma nova configuração espacial, onde a cidade ganha um destaque especial, enquanto centro de reprodução do capital. A nova configuração espacial está associada ao processo de descentralização espacial. São fatores que contribuem para a descentralização das atividades econômicas: a homogeneização dos padrões de oferta, e, principalmente de demanda, abrindo uma verdadeira fronteira de novos negócios nas economias locais. Refere-se aqui a franquias de marcas de produtos e serviços consolidados nos grandes mercados que estão relacionados à produção local de bens e serviços que antes eram oferecidos por agentes de fora ou mesmo nem eram consumidos no lugar; geração de deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos, contribuindo para que, parte da população e do capital, se mantenham nos centros de menor porte; movimento de deslocamento das indústrias das grandes cidades para cidades médias e pequenas; empreendimentos agropecuários, descoberta do potencial turísticos em pequenos e médios centros.

A descentralização de atividades produtivas resulta das formas de apropriação espacial pela atual dinâmica econômica, mas também pela descentralização de gestão do território. A nova estruturação espacial impõe, naturalmente, novos papéis as cidades, consideradas elos das cadeias dos fluxos que caracteriza a nova ordem econômica.

Neste contexto, cabe apresentar, ainda que, sumariamente, que mudanças podem ser observadas no tocante a cidade e o urbano do Baixo Jaguaribe, resultante da nova dinâmica econômica que se impõe sobre seu território.

Nas últimas décadas, o Ceará passa por um processo de profundas mudanças econômicas e territoriais. Tais mudanças surgem no cenário cearense ainda no governo dos coronéis, na primeira metade da década de 1980, mas a sua consolidação vai se dar com a chegada dos jovens empresários ao poder político. Conforme Gondim (2002), os empresários formavam um setor da sociedade que se mobilizava contra o regime militar e a intervenção excessiva do Estado na economia. Com a marca de um “Governo das Mudanças” implementaram políticas públicas e abriram parceria com o capital privado redirecionando assim, o modelo de desenvolvimento do Estado.

Amaral Filho (2000) destaca que as prioridades dos investimentos públicos no Ceará destinaram-se as seguintes atividades: turística, industrial, agricultura científica, agronegócio, produção de camarão, modernização e ampliação dos objetos técnicos (portos, aeroportos, estradas, transportes, energia elétrica, comunicação e inovação tecnológica) e a normatização política e jurídica como a reformulação de ações e finalidades nas instituições já existentes e a criação de um novo aparato institucional. Muitos serviços públicos criados através da parceria público-privado, a exemplo da Secretaria da Agricultura Irrigada (SEAGRI) e da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH) em Limoeiro do Norte, do Centro de Formação Profissional para o Agronegócio em Russas foram criados para dá suporte as novas atividades econômicas. Esses serviços refletem o processo de descentralização de gestão dessas no território.

O crescimento econômico das novas atividades econômicas no território do Baixo Jaguaribe ocorre numa escala espacial delimitada pelo Estado para a implementação de suas políticas públicas, visando criar no território novos objetos técnicos e novos sistemas normativos (SANTOS, 1996; 1999). Os governos municipal e estadual agem conjuntamente na implantação desses objetos para viabilizar a produção como extensão da rede de eletrificação, de comunicação e estradas vicinais, estas ligando as áreas produtivas as suas cidades e as rodovias estaduais e nacionais. Na cidade encontram-se ações normativas de controle político-ideológico e técnico. No Baixo Jaguaribe, Limoeiro do Norte desponta com esse papel, quando da implantação de escritórios de instituições de planejamento técnico e de gerenciamento político da agricultura científica e do agronegócio, tais escritórios, representam o recente aparato institucional criado pelo governo, como uma forma de materialização na

região de suas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de atividades econômicas estratégicas.

Cada nova atividade econômica que se apropriou do território do Baixo Jaguaribe, a partir principalmente da segunda metade dos anos de 1990, criou um uso corporativo desse território. Ou seja, um conjunto de objetos é materializado e um conjunto de ações se impõe, influenciando no seu funcionamento, sendo que, agentes e ações proeminentes determinam a sua configuração. Essas ações estão sob o comando de agentes internos articulados aos externos e, apenas com agentes externos.

Uma das primeiras atividades produtivas que vem trazer uma nova dinâmica econômica ao território do Baixo Jaguaribe foi à atividade agropecuária, criando uma fronteira agrícola² moderna na região. Essa atividade não apenas modificou os circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1999) da agropecuária regional, como também gerou a necessidade de controle técnico e político da produção propriamente dita. Esse controle vem ocorrendo de forma centralizada na região, com a implantação na cidade de Limoeiro do Norte, do Agropólo Baixo Jaguaribe³, pelo governo estadual, serve de exemplo. Nos últimos anos do século XXI, esse Agropólo vem ampliando sua área de atuação, agregando no espaço delimitado pelo governo outras atividades como o turismo, o comércio, os serviços e o artesanato.

A mudança na base produtiva da agricultura vai dá uma nova configuração territorial ao Baixo Jaguaribe. Comenta Soares (2002) que os projetos e programas de irrigação implantados na região do Baixo Jaguaribe, a partir dos anos de 1970, tinham o propósito de trazer a região uma dinâmica capitalista, semelhante aos Pólos de Desenvolvimento de Perroux. Vale ressaltar a grande importância que teve a proposta de François Perroux de implementação de “Pólos de Desenvolvimento”, como instrumento de estímulo à economia das regiões deprimidas e, assim, de superação de desequilíbrios regionais, acolhida pelo Estado brasileiro nos anos de 1960 e 1970.

A partir de 1970 com a política de irrigação voltada para a implantação de perímetros públicos e nos anos de 1980, quando essa política priorizou a propriedade privada, a cidade de Limoeiro do Norte, na opinião de Chaves (2004) que já despontava como um centro que desempenhava funções regionais por intermédio da oferta de serviços particulares de educação e saúde amplia seus papéis urbanos, agora atendendo as normatizações e o controle técnico exigido pela modernização agrícola. A instalação do Centro Regional Agropecuário, do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), em Limoeiro do Norte, denota a participação da cidade no desenvolvimento da atividade agrícola moderna e a

intencionalidade do estado em transformá-la num centro estratégico para o controle e gestão dessa atividade.

Nesse mesmo período, a modernização agrícola que se dava via perímetro público, apesar do caráter centralizador de sua gestão interna a área do perímetro, vai refletir na cidade, pode-se citar o surgimento de cooperativas agrícolas e comércios de produtos agrícolas em Morada Nova, passando a desempenhar o papel de atendimento a atividade agrícola moderna do seu município. O mesmo ocorria com Jaguaruana no atendimento da demanda do seu território municipal. Enquanto Limoeiro do Norte sediava no seu espaço urbano, serviços públicos voltados à gestão e controle técnico da atividade agrícola moderna da região.

Quanto à dinâmica populacional nos municípios citados, espaços privilegiados da irrigação pública, entre as décadas de 1970 e 1980 a população rural não decresceu. Em Morada Nova, Limoeiro do Norte e Jaguaruana houve um crescimento pouco significativo da população urbana. Vale ressaltar que nesse período, a maior parte da população dos municípios do Baixo Jaguaribe residia no campo.

A dinâmica demográfica só vai se alterar a partir dos anos 1980, intensificando-se nos anos 1990, especialmente, a partir da segunda metade desse último ano, quando o grande capital se instala no campo com a chegada das empresas agrícolas, expropriando trabalhadores do campo. Nesse período, as políticas agrícolas trazem um novo modelo de irrigação, privilegiando a irrigação privada, modificando o papel e a intervenção do Estado no desenvolvimento da regional.

A irrigação privada, nos anos de 1980, veio beneficiar a classe agro-comercial que temia a continuidade do processo de desapropriação de terras e reclamava ser beneficiada com a política pública de irrigação. No final dos anos de 1990, os perímetros públicos irrigados já são pensados também para a iniciativa privada, é o que acontece com o perímetro público Jaguaribe-Apodi. Este mais o perímetro público Tabuleiro de Russas representam um modelo de irrigação que se apóia da parceria estabelecida entre os capitais público e privado.

Além das áreas de perímetro também fazem parte da fronteira agrícola regional as áreas empresariais que se espalham em pontos pelo território. São encontradas empresas agrícolas nos municípios de: Limoeiro do Norte, Russas, Aracati, Quixeré, Jaguaruana, Itaiçaba, Palhano, Fortim e Icapuí. O crescimento de áreas empresariais reflete a abertura da fronteira agrícola para o mercado mundial. Isso marca a inserção do que Elias (2006) chama de espaços agrícolas de reserva nos circuitos produtivos globalizados.

O processo de modernização excludente avança no campo do Baixo Jaguaribe, com a produção do agronegócio, visando integrar seus pontos dinâmicos as áreas dinâmicas do Nordeste e do país e não mais na perspectiva de integrar a região ao espaço nacional, como nos anos de 1970. A ausência de políticas de desenvolvimento regional, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que beneficiou em grande parte, empresários de origem local, encaminha o Ceará para a “guerra fiscal” na busca de viabilizar suas áreas dinâmicas para o investimento privado, demonstra que as tradicionais políticas de pólos desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1970 foram abaladas com as mudanças na dinâmica econômica introduzida no país nas últimas décadas do século XX.

A dinâmica econômica passa a exigir uma nova regionalização no país, agora com base nos Eixos de Desenvolvimento e Integração (ARAÚJO, 2000), cujo objetivo maior é atender as áreas e setores econômicos considerados competitivos a dinâmica do mercado mundializado. O Ceará não está de fora desses eixos projetados no Nordeste, pois compreende as áreas onde está sendo viabilizadas a construção dos sistemas técnicos e sistemas de ações (SANTOS, 1996; 1999; 2001), voltados a viabilizar atividades como: o agronegócio de frutas tropicais, encabeçado pela iniciativa privada, o turismo litorâneo e a ampliação do parque industrial, está, a partir de transferência de capitais oriundos do Sul do país.

Quanto às cidades na área dinâmica da região elas apresentam desigualdades socioespaciais e papéis distintos. De acordo com Santos (1996), numa região agrícola⁴, encontram-se cidades adaptadas às suas demandas. Esses espaços são decorrentes da evolução verificada na sociedade, na economia e no território. Ainda de acordo com o autor, as áreas que participam do processo de modernização agrícola do qual demanda o consumo produtivo agrícola, as cidades mais próximas se adaptam as demandas desse consumo, tornando-as laboratórios da produção agropecuária moderna, uma vez que, fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, serviços, produtos, mão de obra necessários a sua realização. Não é isso que se observa na região agrícola do Baixo Jaguaribe, pois, o que ocorre é uma centralidade de atividades ligadas a esse consumo na cidade de Limoeiro do Norte e, em menor intensidade na cidade de Russas e Aracati.

Quanto à dinâmica populacional, segundo o IBGE, entre 1970 a 2000, a população urbana de Limoeiro do Norte cresceu 342,35%, Quixeré 570,9%, Russas 211,14% e Jaguaruana 167,81%.

Enquanto Limoeiro do Norte desponta como centro de gestão e controle dessas atividades, a cidade circunvizinha de Quixeré constitui-se enquanto centro de mão de obra agrícola. Segundo Elias (2006), encontra-se no seu município uma empresa, a multinacional

Del Monte, que oferece mil empregos formais. Grande parte dos trabalhadores empregados nessa empresa não reside na sede do município de Quixeré, mas no seu principal distrito, Lagoinha, que apresenta fortes transformações socioespaciais. Conforme Costa (2006), em Lagoinha, a sua sede não mais apresenta a configuração de uma vila e sim de um bairro. A presença do trabalhador agrícola e do trabalho assalariado refletiu diretamente no crescimento dos equipamentos urbanos (comércios e serviços) voltados ao consumo consumptivo e no surgimento de instrumentos modernos, como por exemplo, o computador conectado a Internet e o celular. A apropriação de novas mercadorias urbanas pelos moradores de Lagoinha, levou a incorporar novos hábitos e valores contrastando com hábitos e valores rurais de antigos moradores. A comunicação não mais ocorre diretamente somente com as pessoas próximas, mediado pelo encontro na praça, nas calçadas, mas de forma virtual, com pessoas distantes.

Pode-se dizer que cidades como Quixeré e Itaiçaba participam da expansão do agronegócio, apenas enquanto centro de mão de obra agrícola, ou seja, de um proletário agrícola, aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, cuja força de trabalho é uma mercadoria a ser vendida em diferentes momentos do processo produtivo. No caso desta última cidade, uma grande empresa agrícola, Itaeira Agropecuária emprega trabalhadores agrícolas do seu município e do município de Jaguaruana. Os empregos agrícolas gerados pela empresa repercutiram no aumento da população urbana, no consumo de mercadorias voltados as necessidades básicas da população.

Ainda encontram-se municípios como Russas e Morada Nova que apesar de estarem inserido no processo de modernização produtiva da atividade agrícola regional, destacam-se com a atividade industrial do setor calçadista, a qual lhe confere uma centralidade no contexto regional. O aparecimento da indústria de calçados em Russas e Morada Nova, da rede de dormir em Jaguaruana é resultante de uma política industrial com base na concessão de incentivos financeiros e fiscais que vem beneficiando grupos empresariais já consolidados nacionalmente, principalmente nos ramos têxtil e de calçados, os quais passaram a abrir ou transferir fábricas para o interior do Ceará. Essa política também vai beneficiar em menor proporção um pequeno grupo de industriais de origem local. A atividade industrial chega a apresentar um rebatimento socioespacial, naquelas cidades, maior do que a modernização agropecuária.

A instalação da fábrica de calçados Dakota gera 3.000 empregos diretos e 200 indiretos e a sua subsidiária, fábrica de solados Lukri aproximadamente 200 empregos diretos trouxe mudanças na dinâmica urbana da cidade de Russas: Deve-se as demandas das fábricas, o surgimento dos serviços terceirizados de alimentação e transporte para os trabalhadores,

aumento significativo do consumo, ampliação do perímetro urbano. Uma outra indústria, a ceramista sob o comando de agentes de origem local vem se modernizando e incorporando uma gestão empresarial, visando ampliar suas vendas no mercado nacional. O município lidera a produção de telhas no Estado. Essa indústria mais a de calçados foram as responsáveis pela expansão do trabalho assalariado a cidade. No ano 2000, conforme dados do IBGE, a indústria foi à atividade econômica que mais gerou empregos em Russas.

A cidade de Jaguaruana é conhecida na região pela fabricação de redes, iniciada com um maquinário rudimentar instalado nas residências e com a mão de obra familiar. As tecelagens caracterizavam a tradicional relação casa-trabalho. A partir de 1980, com a substituição do tear artesanal pelo tear elétrico, bem como com a chegada de empresas oriundas de outros Estados deu início um novo estágio da produção de redes no município, passando o controle da produção para os proprietários das indústrias modernas. A maioria dos produtores artesanais passou a não mais fabricar a rede, devido à concorrência interna e, sim especializar-se na fabricação de fios, acabamentos, corantes e embalagens de plásticos. Segundo o IBGE, no ano de 1980 haviam 5.516 pessoas empregadas na indústria, das 8.256 que residiam na cidade. Em 1991, a população urbana chegava a 11.734 e no ano de 2000, a indústria continua liderando na oferta de empregos.

Observa-se que, cidades como Russas, Jaguaruana e Itaiçaba, fazem parte do Agropólo Baixo Jaguaribe, inseridos na dinâmica da agricultura moderna, não tem a agricultura como a principal atividade que move a dinâmica urbana e a relação campo cidade. Isso mostra que na área dinâmica do Baixo Jaguaribe, apesar das empresas agrícolas estarem presentes em todos os municípios que a compreende, outras atividades, estão presentes e trazem rebatimentos mais significativos para o papel urbano, a estruturação do espaço urbano e a dinâmica populacional. Em Aracati, também não é diferente, pois sua dinâmica urbana deve-se ao turismo litorâneo, basta andar na cidade para presenciar os hotéis e o poder da empresa Compescal - Companhia de Pescado Aracatiense Ltda, proprietária de vários equipamentos urbanos, tais como: lojas de automóvel e peças automotivas, madeireira, oficinas meta-mecânica, emissoras de rádio, complexo turístico Mirante das Gamboas (hotel, restaurante e serviços de pesque e pague) e muitos outros. Uma outra atividade que lidera na dinâmica urbana em área dinâmica da região é o turismo, especialmente o litorâneo, que tem a cidade de Aracati como a mais representativa dessa atividade, estendendo-se para os municípios de Fortim, Itaiçaba e Icapuí.

Por outro lado existem pequenas cidades que não participam diretamente da nova dinâmica econômica da região e se caracterizam enquanto centros que apresentam: perda de

população, economia urbana dependente de serviços públicos e aposentadorias rurais, presença de pequenos serviços modernos, traços da vida rural no tecido urbano e um padrão urbanístico simples expresso na paisagem urbana.

Considerações Finais

A importância da região do Baixo Jaguaribe no contexto da reestruturação produtiva do Ceará é dada pela significativa extensão territorial, pelo potencial das condições naturais (de clima, solo e água) pela implementação de uma base infra-estrutural associada ao sistema viário, transportes, comunicação, ampliação da rede de energia, intensificação do processo de urbanização, marcado pela transferência de população do campo para a cidade, serviços de gestão, educação tecnológica, bancário entre outros. Esses fatores econômicos, funcionais e sociais vêm promovendo uma refuncionalização de centros urbanos e, ao mesmo tempo, uma maior articulação com centros extra o sistema urbano regional.

Na região do Baixo Jaguaribe, temos pequenas cidades que apresentam insignificante crescimento da população total com maior parte desse contingente residindo no campo e uma economia urbana dependente de serviços públicos e aposentadoria, a exemplo de Alto santo, São João, Ibicuitinga, enquanto outras mudaram de conteúdo, tendo em vista padrões elevados de crescimento populacional, incremento de papéis locais com serviços públicos e privados visando atender as exigências do seu entorno imediato. Essas cidades podem ser chamadas, conforme Santos (1996), de cidades locais. No Baixo Jaguaribe elas estão inseridas na dinâmica das novas atividades econômicas, possuem, com base no Censo Demográfico do IBGE, ano 2000, uma população total entre 16.000 a 65.000 habitantes e contém no seu território uma das novas atividades produtivas, seja agropecuária, industrial, comercial ou de serviços. Fala-se de Quixeré, Morada Nova, Jaguaruana, Tabuleiro do Norte, Fortim.

As maiores cidades historicamente conhecidas como cidades regionais⁵, assim chamadas, por manter regularmente relações com sua região passam também por mudanças no seu papel regional, pois não mais estabelece relação com base no comércio e serviços voltados ao consumo consumptivo, pois ampliaram o seu papel quando ganharam importantes especializações, adquirindo novas funcionalidades e relações espaciais, capazes de manter interações, em nível nacional, e, muitas vezes, internacional. Na região essas cidades são Limoeiro do Norte, Russas e Aracati. De acordo com o Censo citado, elas apresentam uma população total entre 50.000 a 62.000 habitantes e dependo de sua especialização mantém

intensas relações com o campo, com áreas dinâmicas da indústria, do turismo e do agronegócio agrícola. São as que mais apresentam mudanças na escala intra-urbana relacionado a novos fixos e fluxos, a incorporação de valores e comportamentos urbanos de grandes centros e intensificação e criação de novos problemas sócio-ambientais urbanos.

Bibliografia

AMARAL, Jair Filho. **Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará.** In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos. (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional.* São Paulo: Unesp, 2003. 367 – 404.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

CASTELLS, Manuel . **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo Chaves. **Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte: impactos socioespaciais.** 2004.184 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

COSTA, Rosa Ely Baltazar. **Modernização conservadora da agricultura e as alterações socioespaciais no Distrito de Lagoinha - Quixeré (CE).** 2006. 75p. Monografia (Especialização em Geografia). Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/ Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte, 2006.

CORRÊA, R. L. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, Maria. Encarnação. B. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: Editora da Unesp/Gasper, 2001.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

GONDIM, Linda M. P. Os “governos das mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, S. de; GONÇALVES, A.(Orgs.) **Uma nova história do Ceará.** 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. 409 - 424p

LIMA, Luis Cruz. *Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho.* Fortaleza: [s. n.], 2003. Mimeo. 15p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A urbanização brasileira.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____ e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**, 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Jose Borzacchiello. Da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelade (Orgs) **Uma nova história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. 215-236.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. **Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte (CE)**. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi. **Modernização Excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

Notas

¹ Compreende os municípios de: Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte. (IBGE, 1992).

² É uma área delimitada pelo governo, através da Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAGRI) para viabilizar Políticas de Desenvolvimento Regional. Concebido como Unidade de Desenvolvimento Econômico Regional. Instituto Agropólos do Ceará, 2006.

³ Para Silva (2006, p. 292) é “um processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global, por meio da expansão territorial da agricultura”. Consultar SANTOS, M; BECKER, B. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

⁴ De acordo com Santos (1996) tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidade que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e dependem, segundo graus diversos, dessas atividades.

⁵ Cita-se para maiores esclarecimentos (BESSA, 2001)